ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 29/2026

(Plenária virtual)

Aos vinte três dias do mês de setembro de dois mil e vinte seis, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre, virtualmente, através da Plataforma Google Meet, sob a coordenação de **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Bruna Fernandes da Silva, **Associação Cristã de Moços do RS – ACM**

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**

Fabrízia Demo, **Parceiros Voluntários**

Francyne da Rosa, **CEMME**

Ivana Frois, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – CEPA**

Lucas de Campos Ribeiro, **Instituto Pobres Servos da Divina Providência - Calábria**

José Antônio Marcolan, **Fundação O Pão dos Pobres**

Maria Alice Goulart Silva da Silva, **Associação Amigos da Restinga**

Nicolas dos Santos, **Associação Vila América do Campinho**

Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança**

Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre**

Rose Ceroni Canabarro e Nicolas Souza, **ASAFOM**

Vera Regina Boose e Neusa Maria Liedtke, **Federação Espírita do RS - FERGS**

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Juliana Santiago, **Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS**

Marcelo Pereira Antônio, **Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV**

Mariana Santos de Azevedo, **Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH**

Nicolas Vaz, **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL**

Sônia Rejane dos Santos Vieira e Christiane da Rosa, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**

Tarsila Crusius, **Secretaria Municipal de Educação – SMED**

DEMAIS PRESENTES:

Gustavo Dal Ponte, **Coordenador FUMID**

Viviane Anchieta, **Administrativo SMIDH**

Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquigrafia.**

PAUTA:

1. Abertura;

2. Informes e demais encaminhamentos;

3. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças.

Após a conferência de quórum foram abertos os trabalhos:

1. ABERTURA

2. INFORMES E DEMAIS ENCAMINHAMENTOS:

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente: Vamos lá, vamos só fazer um remember do que já aconteceu hoje. Hoje de manhã nós tivemos duas reuniões, eu tive duas, vocês tiveram também por aí. Nós tivemos uma reunião, eu e a Mariana, de manhã com um representante da Granpal, que nós estamos fazendo uma pesquisa quanto à Granpal. A Granpal, para quem não tem conhecimento disto, é um grupo, um coletivo das cidades da Grande Porto Alegre que se reúnem para pensar em políticas em comum, tá? Tem todo um interesse político igual para essas cidades ali. Principalmente os prefeitos, secretários fazem parte dessas reuniões. Durante um tempo o Fórum de Entidades fez parte também, e depois a gente acabou se perdendo um pouco nessas representações, mas eu acho muito importante essa representação. A nossa ideia, que até puxada pelo Carlos Simões, como o valor da Procempa estava bem alto, que eu falei para vocês em relação a conselho tutelar, era a gente ver com a Granpal se outras cidades tinham o mesmo problema. Nós marcamos uma reunião presencial para a metade de outubro para poder ver com as demais cidades e os seus conselhos, seus COMDICAs, para poder ver como que será a eleição nas demais cidades. Se podemos fazer parcerias, se podemos fazer um edital em conjunto, a ideia é a gente trabalhar em conjunto para facilitar para todos nós o todo, até porque nós estamos já, como eu brinco, atrasados, porque nós temos que lançar até o dia 31 de março o edital, tá? Isso tudo bem. Esta semana nós íamos ter a reunião com o Coronel André e o Secretário Juliano,

mas tanto o prefeito quanto o Secretário Juliano estão viajando, retornam até o final desta semana, mas a nossa reunião vai ser para a semana que vem. Semana que vem nós vamos tratar lá com o Coronel André sobre a questão do conselho tutelar, se vai ter mais uma sede, coisas assim, porque a gente precisa organizar isso dentro do edital também, e também a questão dessas contratações que a gente precisa fazer, de onde vai sair esse dinheiro todo. Também hoje de manhã nós tivemos uma reunião com a Executiva e com o GT do Edital para falar com a Dra. Cristiane Catarina. Eu acho que a reunião, de forma geral, foi boa, mas deixou mais dúvidas ainda, e eu acho que agora na semana que vem a gente vai conseguir ter mais uma outra reunião com ela para a gente poder estar alinhando, tá? Pelo que a gente conseguiu compreender de todo assim, nós continuamos com as questões de critérios, continuamos com as questões de prioridades, quantos serviços, quais regiões, o que que a gente quer, tudo isso a gente pode continuar fazendo. A gente não teria necessidade de fazer um projeto técnico igual a gente tinha feito na outra vez, facilitaria uma parte, mas, ao mesmo tempo, também eu mesma coloquei que também não adianta a gente fazer um edital ou aviso público, como ela falou agora a partir do credenciamento, não adianta a gente abrir para 200 instituições, porque daí a gente tranca a Secretaria, porque não tem funcionário para tocar isto. A gente também tem que pensar neste outro lado, tá? Na semana que vem a gente vai retomar a reunião com ela sobre isso. Também já tinha solicitado para vocês em que hoje a gente pudesse estar analisando, e vocês iam ter reunião com as comissões para poder conversar um pouquinho entre vocês sobre aqueles três processos em que a gente tem da SMIDH, da SMAS e da SMED. Eu queria ver como é que foi encaminhado, o que que foi feito em relação a isto, e também queria já falar para vocês que eu estou vendo com o Lino, que é representante lá do Fórum, para nós combinarmos uma reunião da sociedade civil, os conselheiros da sociedade civil junto com os seus representantes, presidente, para a gente ir lá no Fórum e conversar sobre essas questões, porque eu acho que a gente precisa, enquanto sociedade civil, eu acho que o governo faz também, enquanto sociedade civil a gente precisa alinhar e precisa ver o que que a gente quer, porque às vezes nada contra a ata, pelo contrário, acho que a ata nos salva de cada maravilha, mas às vezes noto, posso perceber de que algumas instituições, algumas pessoas ficam meio assim de falar por estar registrado depois. Eu, pelo contrário, acho maravilhoso, porque o que eu falei está registrado. Mesmo assim, eu acho que a gente tem que alinhar, e principalmente se a gente for fazer uma discussão mais acalorada, vamos dizer assim, entre a sociedade civil, a gente consegue também fazer essa discussão e depois chegar num consenso para poder levar de uma forma mais coesa,

uma forma mais união o que a gente quer também, tá? Quem pode falar para mim como é que foi a reunião hoje? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Pode falar, Mariana. **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** A Sônia me corrige se eu falar alguma coisa errada, tá, Sônia? Porque eu participei depois. Hoje foi levado em consideração para a comissão, tanto de políticas como de fiscalização, políticas e... Como que é? Até esqueci o nome da comissão. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Finanças. **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Finanças, obrigada. Sobre dois pontos, a gente conseguiu discutir muito bem discutido. Primeiro que ficou combinado em plenária que a da SMED a gente ia deixar para depois, não botar como prioridade, então isso não foi levantado, tá? Até porque acho que o plano tinha que ser melhorado. Bom, enfim, sei que ia ser devolvido e a gente nem levantou. Mas houve o levantamento sobre o processo SEI da Família Acolhedora, que foi analisado e foram levantados alguns pontos importantes pela Sônia e pela comissão, que todos acabaram concordando que, na realidade, a gente precisava de um termo de referência, um plano de trabalho mais elaborado para entender, porque não se entendeu se vai renovar ou se vai fazer um novo chamamento, porque atualmente tem uma OSC que está desde 2019 atuando como Família Acolhedora em Porto Alegre e já passou o tempo pretendido ali. A gente não sabe se eles vão fazer um novo chamamento, se vai ser a mesma OSC que vai continuar ali executando o projeto, e a gente ficou com vários pontos de interrogações, entende, Carol? Referente à Família Acolhedora. Mas todos concordaram que é um projeto, uma política pública importantíssima e que realmente precisa ser analisado ali, mas vão ser levantados os pontos que precisam que a SMAS devolva para nós para a gente entender melhor, porque ficou muito solto nesse ponto, né, Sônia? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Então, eu vou passar o que a gente tirou, tá? Bom, como disse já a Mariana, quanto à questão da política não temos dúvida, tá? Mas considerando que: primeiro, pelos valores. Os valores não fecham, se é por um salário mínimo e meio, como que a SMAS chegou aos 33.000? Eles estão fazendo uma proporção, considerando que o valor de uma criança sem necessidade é um salário mínimo nacional e a criança com necessidade é um salário mínimo e meio, como que eles fizeram essa proporção? O salário mínimo tem reajuste geralmente, acho que é fevereiro, março, e isso não está contemplado na proposta. A questão do termo atual, o termo atual é 20 metas, é executado pela OSC Abrigo João Paulo, mas dessas, só 10 metas estão sendo

cumpridas. Como que vai ser feito esse acompanhamento, essa fiscalização? O conselho vai repassar numa única vez o valor do termo e a Secretaria vai dispensando esse recurso à medida que vai ingressando essas crianças? Como que vai se dar esse ingresso das crianças na Família Acolhedora? O termo atual é pela OSC João Paulo. Haverá um credenciamento ou um edital para uma outra OSC executar, ou esse que foi firmado em 2019 atingiu mais do que os seus 60 meses, ele pode ser renovado ou ele vai também para um novo edital? Esse novo edital inicia no dia 1º de janeiro de 2027, ele inicia que data? Quando? Ele inicia ainda em dezembro de 26? São algumas questões que a Secretaria teria que limpar. De toda forma, também se entendeu que, assim como as OSCs fazem uma proposta de um projeto dentro daquele formulário, que esse projeto da Família Acolhedora venha naquele formato, então, em termos de município, que diga o que é, como vai ser a metodologia, como que vai ser a prestação de contas, enfim, siga como é feito hoje, entendeu? Com as OSCs, para pelo menos tentar dirimir todas as dúvidas dessa proposta. A proposta em si não temos dúvida quanto à necessidade dela e quanto à necessidade da ampliação, mas temos que estar mais escrito, mais transparente essa parte, então por isso a gente propõe que venha no mesmo formato. Como a Mariana já falou, a questão da SMED fica para uma outra análise, um outro dia, porque ele carece de mais complementos. Quanto à questão da Praça CEU, ali que tem a ver com a CIPEA, por aquele processo 26.0.000135839-0, por ele ser um espaço compartilhado, qual seria a parte de fato que atende a criança? Quando é um espaço compartilhado teríamos que saber quais os equipamentos que lá estão, de que forma que eles estão se movimentando, o público que atende, porque o fundo não pode custear o todo. Ele pode custear uma parte desde que atenda a criança e o adolescente. Acho que carece também de algumas informações. Isso é o que foi tirado das duas comissões. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Ok. Quantas pessoas conseguiram participar? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Toda a Comissão de Políticas estava online ali, e da Comissão de Finanças estava eu, a Priscila, a Christiane, que é a minha suplente, a Mariana, a Natália. **Tarsila Crusius, Secretaria Municipal de Educação – SMED:** Eu tive um chamado de duas reuniões de gabinete. Eu tinha anotado que eu tinha que fazer uma força especial para estar aqui, mas eu tive que ajustar algumas questões das metas aqui e eu não pude de novo comparecer. Está difícil, eu peço desculpas. Vou continuar me esforçando, mas está complicado quartas de manhã. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Da Comissão de Políticas era a Rose, a Rosana, o Nicolas, Marcolan, a

Bruna. A Comissão de Políticas estava praticamente toda. E a Natália. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Tá ok. Paulinho? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Só para complementar a Sônia, sobre a Família Acolhedora. Semana passada a Carol, eu, o Lino, Rose e uma moça lá que esqueci a instituição. Às vezes está tendo esse desencontro na escrita, tipo lá a promotora que a gente teve reunião, a Carol falou pela manhã ali que ela é da Vara da Infância, do Acolhimento, na visão dela ela quer fazer um recorte nesse novo modelo da Família Acolhedora, que era para criança de 0 a 6 anos, para dar mais ênfase à questão dos bebês, etc. Por isso que ela fez antes da gente uma reunião com a SMAS para dar essa proposta, e a SMAS veio com a proposta para o CMDCA. Esse desencontro aí da questão dos valores das metas, como a Sônia leu aí, ia iniciar com 20, tem 10 em execução e quer ampliar. Eu acho que essa ampliação é para essa solicitação do MP, desse corte da faixa etária, dos bebês até 6 anos, que até na nossa reunião lá naquele dia ela falou na questão do serviço de convivência de 0 aos 6 anos, como é que está em Porto Alegre, etc. Ela está nessa linha dessa faixa etária. Só isso aí. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Exatamente, bem trazido, Paulinho. Na quarta-feira passada a gente teve uma reunião com o Ministério Público, e aí era a doutora, a Carla Souto. Ela que deveria estar conosco na reunião de tarde, e no fim ela não conseguiu estar. A gente começou a falar sobre Família Acolhedora e tudo mais, e a proposta dela seria a proposta dela é que os bebês, ou na verdade, principalmente bebês, mas os bebês mais fossem acolhidos por famílias acolhedoras e não por instituições de acolhimento, nessa linha assim. Eu acho muito bom porque tu tem um olhar diferente para bebê mesmo, não tem como. Eu me lembro muito do João, do Marcolan, do Nicolas dizendo, a questão do Lucas ali falando da questão do bebê dentro de um acolhimento institucional, quanta demanda tem que ter para aquele bebê. E não é um bebê. Hoje nós estamos com, eu não sei quantos bebês têm em Porto Alegre agora acolhidos, mas nós tivemos um grande número de bebês acolhidos e isso é uma questão que a gente tem que ver. Então, foi feito por parte dela, do Ministério Público, foi feito esta demanda para a prefeitura como forma de um termo de tipo um TAC, não é um TAC, mas é tipo um TAC, para que a prefeitura pudesse estar ampliando este serviço. Por isso também que veio para nós essa solicitação, tá? Isso acho que é algo que a gente precisa também rever com urgência também. Sobre esses processos da SMAS e da SMED, vamos combinar de fazer umas respostas para as secretarias solicitando alguma complementação? Pode ser, gente? Solicitando essas questões de

complementação, tá? Fabrízia, tu levantou a mão? **Fabrízia Demo, Parceiros Voluntários:** Não, é para falar também que hoje de manhã a gente se reuniu, algumas do Registro, e é a mesma questão que todo mundo levantou. Tem mais algumas coisas também que a gente conversou sobre, mas na próxima a gente pode estar passando o que tu está dizendo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Eu acho que a gente já pode fazer uma coisa só, porque se for complementação de informações, já manda de uma vez só, já pede complementação e eles já fazem as complementações que têm que ser feitas para mandar para nós e a gente poder ver o que a gente vai decidir ou não. Daí acho que fica mais tranquilo, tá? Tu podia ver, não vi quem é que estava fazendo o documento, não sei se é Políticas ou se é Finanças, um dos dois estavam fazendo o documento. E aí para a gente botar no processo ali pedindo resposta. **Fabrízia Demo, Parceiros Voluntários:** A Finanças que abriu um parecer ali para assinar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Tá, então é para Finanças ali, Fabrízia. Mas quer compartilhar o que queria falar? **Fabrízia Demo, Parceiros Voluntários:** Acho que a Vera e a Fran podem falar ali, elas também participaram. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Claro, por favor. **Vera Regina Boose, Federação Espírita do RS – FERGS:** Gostaria de fazer uma fala complementando o que a Sônia falou e o restante das gurias que falaram, que a gente tem que tratar esses projetos, não são nem projetos, porque exatamente por não terem apresentado projetos e a gente não sentiu clareza no que precisa, no que querem, para onde vai o dinheiro, é que a gente está se sentindo sem condições de dar andamento e a gente está pedindo mais informações. Eu acho que esses três casos devem ser tratados igualmente como tratamos as OSCs e as instituições, da mesma forma como a Sônia falou ali, no mesmo formato que nós atendemos a todos. Isso é uma questão até de justiça, ser igual, igualdade para a gente ter esse respeito pelo CMDCA. Eu acho que assim também é o momento do CMDCA. Eu sou nova junto com vocês, mas eu vejo que percebo que existe às vezes intenções de que é fácil pegar o dinheiro do Fundo da Criança, então é o momento do CMDCA se posicionar e posicionar quem quer que venha nos solicitar via edital, via isso, via aquilo, mexer no Fundo da Criança. A gente tem que enxergar, ouvir e tentar conduzir quem quer que seja, nesse caso a SMAS, SMED, SMIDH, que tem que entrar como tem que ser, como todo mundo funciona. E dar atenção, sim, dar a atenção correta para não parecer que a gente não está dando bola, não faz nada, que a gente tranca, que sabe que CMDCA

e nada é a mesma coisa, que não é por aí. Nós temos que ter um posicionamento sério para com todos. Eu observei ali também que vi o projeto que falaram para nós lá na primeira apresentação do secretário, a sala do CMDCA, que na verdade quando a gente vê o projeto, o pé do projeto fala ali que é uma sede para os conselhos. Se é sede para os conselhos, os conselhos que vão usar essa sede têm que participar também nesses valores correspondentes à sede para fazer uma divisão. Porque aqui o CMDCA não é casa de Irene. Tipo isso eu penso, posso estar errada. Falei a questão do respeito, a sala, e o que nós representamos pelo CMDCA é a causa da criança e do adolescente. Fugindo deste núcleo, não tem parceria, porque senão a gente fica o quê, então? Como é que fica? Outra coisa que eu quero colocar também, que a gente pudesse viabilizar dentro dessas parcerias, é vergonhoso, eu participei de um evento onde a instituição encostou em mim, sabia que eu era do CMDCA, encostou em mim e me perguntou: a gente já tem o registro, a gente tem um doador que encaminhou a doação para a nossa instituição, nós temos projeto, está tudo ok, e a gente não consegue acessar o dinheiro. O doador está nos perguntando: já receberam o dinheiro? Como é que está isso? Fica descrédito, porque não vão querer doar mais. Porque fica empacado, daí aparece assim, cai de paraquedas esses 3 milhões, 12 milhões, 808 em 14 vezes, que vai, mas e o pessoal que está doando diretamente para a instituição e a gente não está demandando, como é que fica? Que cara? Vão fugir dos encontros sociais agora, porque eles cobram, com direito. Tipo isso, gente. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Colocou muito bem, Vera. Principalmente a questão da gente acho que é o momento da gente poder colocar as nossas contrapartidas. Uma das contrapartidas em que eu penso é exatamente a aceleração de 100% na questão dos repasses para as instituições. O repasse, como eu estava conversando com outras conselheiras, não é simplesmente apertar no enter. É toda a parte burocrática antes de chegar na parte do financeiro até. São algumas questões que eu acho que a gente tem que pontuar bem, e talvez essas questões que tu trouxe agora não vão tanto no documento porque são mais queixas nossas do que questionamentos para as secretarias. Mas eu acho que uma das questões que poderia colocar é se tem alguma construção, que eu sei que não, mas se tem alguma construção com o outro conselho ou com algum conselho que diz respeito à SMIDH para fazer parte daquele mesmo local que nós. Isso eu acho que dava para colocar no documento, porque eu sei que quem iria para lá seria nós e o COMUI, mas até então não vi movimentação de negociação entre a secretaria e o COMUI. Mas também não sei exatamente como é que está, em que pé que está. **Vera Regina Boose, Federação Espírita do RS –**

FERGS: Lendo bem, Carol, lá está bem claro: "sede dos conselhos que ocupam a SMIDH". **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Eu acho que essa é a pergunta: quais são os conselhos e também qual é a parte de cada conselho, tá? Eu acho que é isso: qual é a parte financeira e qual é a parte que cabe a cada um. Mais alguém da Comissão de Registros? **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Seria importante sinalizar que uma das demandas maiores que foi no início do projeto, pessoal do Registro, é que essa OSC da Praça CEU não era cadastrada no CMDCA daqui. Eu queria saber se ela fez o cadastro ou alguma coisa assim, até para vocês sinalizarem no processo SEI, porque pela minha parte foi pedido para elas se cadastrarem. Mas isso também seria importante analisar, tá? Volto a repetir o que eu falei na Comissão de Finanças e todo o resto: vocês precisam determinar inclusive prazos, como vocês querem que executem essas coisas todas. Agora é o momento, sabe? Concordo. **Vera Regina Boose, Federação Espírita do RS – FERGS:** Respondendo ali, gurias, alguma coisa que a Mariana levantou, que é muita coisa, a gente passa no tempo que tem, no tempo que eu tenho, rapidamente assim uma revisão para tentar entender, mas depois a gente tem que entrar nas vírgulas e nos parágrafos. Eu observei ali que alguma coisa de comprovação que essa OSC apresenta é do Rio de Janeiro. Para nós qualquer documentação do Rio de Janeiro Rio de Janeiro não é Porto Alegre, então não interessaria. Se eles têm sede aqui, que eu vi que eles têm uma sede aqui, tem que ler melhor, têm que ser documentos e comprovações daqui, não do Rio de Janeiro. **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Vera, isso foi levantado lá no início e eu solicitei direto para a gerente lá do Rio de Janeiro fazer o cadastro e mandar todos os documentos. Eles mandaram os documentos de lá porque já tinham antigamente, já tinham o cadastro lá só para dizer que eles não estavam sem esse cadastro, mas aí eu queria saber se foi feito ou não aqui para eu ficar em cima também. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Chegou o pedido de registro deles, gente? **Francyne da Rosa, CEMME:** Qual é a OSC mesmo que a Mariana está falando? Sabe o nome, Mariana? Que eu me esqueci. **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Espera aí que eu vou ver, só um pouquinho, Fran, um segundo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Não é Praça CEU, é outro nome. **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e**

Desenvolvimento Humano – SMIDH: Acho que é Ecos. **Francyne da Rosa, CEMME:** Entrou há pouco o pedido de registro e a Alice ficou com esse processo para analisar agora. **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Obrigada, Fran. Obrigada mesmo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** E aí a análise é como qualquer outra análise de qualquer outra instituição. Se a gente pede documentação de Porto Alegre, é documentação de Porto Alegre. Se a gente aceita do Rio de Janeiro, a gente aceita do Rio de Janeiro. Como qualquer outra instituição. **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Foi bem orientada a instituição que tinha que ser tudo daqui, mesmo que eles tenham lá. **Lucas de Campos Ribeiro, Instituto Pobres Servos da Divina Providência - Calábria:** Só queria tentar contribuir um pouquinho em relação às propostas das secretarias, que elas pudessem também apresentar isso e não sei se isso que eu vou trazer cabe também, tá? Mas que elas pudessem apresentar isso num modelo ou num molde que estamos familiarizados a trabalhar, a ler, a estudar, que é até alguma coisa parecido com a nossa Resolução 150, como as próprias entidades encaminham a proposta de projeto em captação para a captação nos fundos. Talvez as secretarias também possam fazer isso dessa maneira. Uma porque a exigência são elas mesmas que colocam, ou têm políticas que estabelecem essas exigências que vão na resolução ali, junto com o CMDCA também que entende que aquilo precisa constar ali. Então que se faça a projeção da justificativa da proposta, que eles possam descrever ali o cronograma de execução, quais as metas, as atividades, objetivo geral, específicos das propostas que eles estão apresentando para captar, digamos assim, esses recursos do fundo. Acho que isso seria um padrão ou uma ideia mais familiar para as comissões para que possam analisar o mérito aí das propostas apresentadas pelas secretarias para ver se de alguma forma a gente defere ou não essas solicitações das secretarias. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Ótimo. Paulinho? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Isso para na nossa resolução de registro tem lá um artigo, mas é só para inscrever os programas próprios, para inscrever só. Aí tem ali uma série de documentos que a secretaria responsável por aquele programa enviar, desde documentos de secretário, do responsável pelo projeto, tudo. A mesma coisa é para captar, é igual uma organização, como está na Resolução 50 nossa lá de captação. Quando os ProJovem, quando tinha nas secretarias, que era dentro dos CRAS, que eram os próprios técnicos do CRAS que

executavam dentro do CRAS, esses deveriam ser inscritos. Tem lá dizendo e o ECA pede que os programas, os serviços do governamental devem ser inscritos. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Tu acha necessário a gente botar no modelo da Resolução 150? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Agora, como é um aporte para uma terceirizada, praticamente é uma terceirizada, que não é parcerizada igual a nós com as outras secretarias, nós organizações da sociedade civil, eles são contrato, não é uma parceria pela 13.019 como nós, eles já é uma terceirizada. Então, é diferente. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Tu fala dessa da Praça CEU? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Sim. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** A Praça CEU é termo de fomento. É pela 13.019. Ele é uma OSC igual a nós. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Ele é de um credenciamento público, então daí ele vai ter a mesma regra pela 13.019. E a ideia que conversamos hoje pela manhã é exatamente essa, que venha tanto da SMAS, eu acho que essa é o mais tranquilo colocar dentro do formulário como hoje está exposto no decreto, como a gente vem avaliando as demais, porque ela também vai ser regrada pela 13.019. Isso tem que estar nessa linha mais tranquilo para que todas as comissões possam avaliar. E essa questão da Praça CEU, antes de ela colocar neste formulário, enviar então esses questionamentos. E depois no final a gente pode colocar que o documento seja encaminhado dentro do que rege hoje o decreto. **Rose Ceroni Canabarro e Nicolas Souza, ASAFOM:** Eu tinha levantado a mão, depois abaixei porque estava todo mundo falando. Em relação à Família Acolhedora, para mim ainda não ficou claro: ele vai ser então um edital? Hoje a gente sabe que tem uma instituição, uma OSC executando. Nós vamos abrir um edital para as demais, é isso? E também a minha fala de manhã foi em defesa desse serviço, porque nós vamos estar implementando o que diz lá o Estatuto da Criança e do Adolescente. Os demais projetos é política pública, tem que vir de execução das secretarias, sabe? Eu acho que tem que ser mais esmiuçado, tá? Mas esse da Família Acolhedora, eu entendo que, além de tudo, está dentro do ECA. Nós estamos muito respaldados para implementar e melhorar essa política do 0 aos 6 anos, visto que nós não temos o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos com esse... Não temos parceria, não existe recurso público para a implementação dessa política. A gente sabe que tem uma instituição que faz, mas ela não percebe nenhum recurso público. Então, é nesse sentido. **Mariana Santos de**

Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH: E aí eu refaço de novo o que foi dito dentro da comissão: a importância não só de estar executando essa política, mas também de poder criar dispositivos dentro da devolutiva e da entrega do dinheiro de fiscalização, de fiscalizar. Deixar tudo claro da melhor forma possível. Sim, porque nós, como CMDCA, a gente também tem o trabalho como fiscalizador, tu entende? Nesse processo todo. Isso é importantíssimo a gente estar ciente, não só tem 20 metas da forma que foi entregue. Bom, qual é o período? Como se pretende atingir? Como a Sônia acabou falando. É muito importante devolver dessa forma. E torno de novo, não só da Família Acolhedora, como também se passar a questão do processo da Praça CEU, porque está tudo bem que é uma sala para vocês, mas eu acho que é importante saber quanto tempo vai demorar, qual é a previsão, porque de novo falo o mesmo discurso que eu venho falando: vocês estão com a faca e o queijo na mão. Então vocês têm que exigir tudo o que puderem, porque eles vieram pedir ajuda para nós, entre aspas, financeiramente nesse ponto. Mas a Família Acolhedora acho que é importante a gente fiscalizar, porque hoje a gente sabe que principalmente em abrigos o custo de vida de uma criança abrigada é muito maior, fora os processos traumáticos dessa criança, porque hoje a gente faz política de resgate para questões de violência sexual. Eu penso não só como isso, mas também como a gente está inserido no processo de estar fiscalizando essa política nova, que é a Família Acolhedora de 0 a 6 anos, no conjunto. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Tu fala de antes de agora quando a gente for questionar a gente já coloca o que a gente quer? Eu acho que depois, porque ainda estão faltando dados para a gente dizer o que a gente quer. **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Não, o que eu estou falando, sim, depois essa parte de fiscalização. Mas o que eu estou falando de fiscalização é: tu vai pedir para ele como é que gradativamente vão vir as vagas, como vai ser esse tipo de fiscalização, tu entende? Para a SMAS trazer nesse ponto. Agora, como quer ou como a gente vai fazer depois, com certeza para dar continuidade, Carol. Hoje se sabe que se tem outros comitês para estar fazendo algum suporte que hoje a gente não consegue fazer quando se pensa numa política pública não só ali na hora, mas também de pensamento de fiscalização após essa ação. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Tá. **Rose Ceroni Canabarro e Nicolas Souza, ASAFOM:** Carol, eu só queria que tu me respondesse se vai ser um edital para a Família Acolhedora, porque para mim não ficou claro. **Carolina**

Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente: Eu vou falar o que foi falado. Pode falar. **Rose Ceroni Canabarro e Nicolas Souza, ASAFOM:** E outra, a gente não está defendendo os projetos, nós estamos aqui propondo, acho que é uma construção nesse sentido. Ninguém bateu o martelo aqui, mas eu defendo a Família Acolhedora nesse sentido do recorte de 0 a 6 anos, visto que hoje existe um número muito grande de abrigagem. A gente sabe que o Poder Judiciário vai estar junto, o Ministério Público vai estar junto, a política não é do CMDCA, ela implementa as políticas, ninguém vai estar sozinho na cidade executando algum serviço. E defendemos também, a gente sabe por que essas crianças todas estão em acolhimento, por que essas crianças estão sendo abrigadas. A gente entende que a sociedade está divulgando mais, mas em compensação a gente tem que trabalhar na prevenção, Carol. Talvez trabalhando na prevenção elas não vão chegar no acolhimento, não vão ser destituídas. Acho que é um conjunto aí, mas eu só queria entender se isso ia ser um edital, se vai ser um edital, o que que compõe esse edital, quem é a equipe, como é que se dá a OSC. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Vou falar o que foi falado na reunião com o Secretário Mateus, com o Secretário André Coronel e lá no Ministério Público. Tem mais detalhe no processo; se não tiver bem detalhado a gente tem que pedir isto, tá? É para ter um edital de credenciamento ou de cadastramento das famílias agora no final do ano, porque o termo que está na rua tem a validade até o final do ano. O vínculo com essas famílias e com a instituição e tudo mais é até final do ano. Então, tem que ser renovado de alguma forma para o ano que vem. Pelo que eu entendi, vai ser a partir do edital de credenciamento da SMAS, que compete à assistência, e aí é aberto para as instituições que têm interesse em fazer essa execução. Com essa execução se abrem famílias que têm interesse em acolhimento familiar ou Família Acolhedora, e aí é feito por ali. Não seria feito nada pelo CMDCA, Fundo da Criança, e não seria feito nada pela SMED, tá? Na verdade nós faríamos um aporte, penso eu, quanto estilo Serviço de Convivência quando a gente fez lá, tá? A gente mandaria um recurso para a Secretaria SMAS, tá? Então, aí precisa saber quanto tempo é, se vai ser todos os meses, se vai ser num pagamento só. Não é pagamento para a família, se vai ser pagamento para a SMAS. É diferente, tá? Tudo isso tem que ver como é que vai ser feito, e por isso que naquele projeto lá tem que estar um pouquinho mais construído para poder entender o que é, tá? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Desculpa. Dentro da tua pergunta, Rose, no processo SEI ali que a secretaria encaminha, tem um documento que ele diz

ali que é uma gerência orçamentária, ele pede a renovação do atual termo, que é executado pela OSC João Paulo, e pede uma nova contratação através de um edital ou de um novo credenciamento ou de dispensa. Então, o município sai de 20 metas e passa para 40 metas. Essa é a nossa dúvida enquanto comissão, que a gente conversava hoje de manhã. Vai ser aberto um credenciamento para as 40 metas considerando o prazo do antigo, que era de 2019, do termo que já é vigente? Ou vai considerar o termo atual pela João Paulo e uma outra OSC que possa vir a executar? Pode isso dentro do município, o mesmo serviço e 2 OSCs? São esses questionamentos. Também podemos encaminhar, penso assim, Carol, assim como a gente faz com as OSCs, que a gente possa então chamar a SMAS. A Vera Poncio assina e tem a outra colega lá. Eu acho que a gente pode, enquanto Comissão de Finanças e Políticas, talvez fazer uma conversa antecipada com elas, assim como a gente faz com as OSCs, colocar as nossas informações e dizer para eles: vocês vão receber o processo então com esses apontamentos dessa forma. Acho que daí talvez feche alguns esclarecimentos que elas vão nos dar e a gente pode construir como a gente faz com as OSCs. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Da mesma forma o secretário também se colocou. Ontem ele me procurou de novo para saber se já estava, como é que estava, qual é o passo, quer ajuda, quer que eu vá aí, toda a função que faz parte. **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Eles não iam vir quarta-feira passada, Carol, para apresentar o edital? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Mas eu ainda prefiro o pessoal operacional, entendeu? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Claro, que é quem escreve também. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Isso, porque são as gurias ali que escrevem e elas fazem essa defesa. Como são eles que vão ter que alterar... **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Eu acho que é a Mirela junto. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** É a Mirela. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mariana, só para te falar: na semana passada ia vir o pessoal apresentar a Família Acolhedora e ia vir a doutora também apresentar. Só que deu *tilt* lá nos encaminhamentos da prefeitura com o Ministério Público. Como deu o problema, a doutora recuou na apresentação, porque ela disse que não vai ir lá apresentar uma coisa que não está definida. Então, para ser apresentado para

nós, até teria que dizer assim: olha, por exemplo, com o recurso que vocês vão aportar mais o não sei o quê, vamos abrir edital dia tal, entende? É isso que ela quer vir fazer. Ela não quer vir dizer antes que pensamos em vocês simplesmente, mas se não for por vocês a gente não tem esse dinheiro. Acho que é mais ou menos nessa linha que ela está angustiada também, tá? **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Se foi isso que foi apresentado para vocês na reunião pós-seminário, já ajudaria e abriria muito mais os olhos do entendimento. É um recorte de 0 a 6 anos, que é extremamente importante esse acolhimento na Família Acolhedora dessas crianças. Isso seria ótimo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Seria ótimo se a gente pudesse fazer o acolhimento de 0 a 6 na Família Acolhedora. Seria ótimo, sabe? Eu acho que já teríamos alguns problemas a menos. Fabrízia? **Fabrízia Demo, Parceiros Voluntários:** Eu acho que todo mundo falou um pouquinho do que eu ia comentar. Até a gente conversou de manhã também, o que deu a entender ali é que permaneceriam os que já estão no João Paulo II, que é aqui na Bento, eu acho, e teria mais um outro edital. Foi mais ou menos o que a gente entendeu e queria saber também se isso, como a Sônia disse. Só que anteriormente eram para 20, hoje eles têm 10. Se tem 20, hoje tem 10, eles querem mais 20. Então também é algo que a gente tem que entender. E uma coisa que a Rose falou, que eu ia comentar, eu sou totalmente favorável à Família Acolhedora, só que eu acho que através disso que está aparecendo, que estão nos solicitando essa ajuda, vamos colocar assim, eu acho que está faltando a prevenção. O trabalho com a prevenção acho que o CMDCA a gente teria que colocar, e um dos serviços de prevenção que é a entrada é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. E eles não têm edital. Fica, como eu digo, sou favorável também, mas a gente tem que rever bem certinho todas as escritas, ver a questão dos indicadores, porque eu sou muito dos indicadores. Eles têm 20, era para ser 20, hoje tem só 10, querem mais 20. Não que eu não seja favorável, sou totalmente também, ainda mais essa idade que a gente sabe como é que é. Mas eu acho que a gente tem que analisar muito como a Sônia disse, o pessoal falou, e o trabalho com a prevenção que eu estou sentindo um pouco de falta, sabe? No CMDCA a gente ter mais ações para isso. **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Fabrízia, foi mais ou menos isso que eu quis pontuar lá na Família Acolhedora. De novo: é indiscutível a importância, e como psicóloga é indiscutível a importância de ter o pertencimento, o acolhimento, o vínculo de uma família numa criança de 0 a 6 anos nesse ponto. O que eu trago

é que a gente não fique somente nesse processo de aportar o dinheiro, mas também fique no processo de fiscalização, de articulação com a falta de política pública que hoje se apresenta, sabe? É nesse ponto que foi feito. Para mim, dentro do nosso Comitê da Primeira Infância a gente fala a dificuldade que a gente tem da questão do Serviço de Fortalecimento de Vínculos do 0 ao 6, ou antes do 6 ali, porque a gente hoje tem a educação. A educação contempla, mas não é o suficiente com toda a demanda que a gente tem, quando contempla. **Tarsila Crusius, Secretaria Municipal de Educação – SMED:** Eu digo mais, complementando o que a Mariana está falando, o que a Fabrízia também trouxe: quando a gente está falando de 0 a 6, a gente está falando de um conjunto de ações políticas e um olhar que a gente precisa fortalecer no âmbito da assistência social básica, da prevenção, da proteção básica da assistência. Para mim é muito importante, eu coordenando agora que a gente está fazendo o nosso Plano Municipal da Primeira Infância, a gente poder levar algumas questões. Recentemente, isso é uma coisa que tem que pontuar, não só em termos de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, serviços da política da assistência social, mas o próprio lançamento da Trilha da Primeira Infância, de tu teres um olhar dentro dos CRAS, não necessariamente o serviço estruturado, mas começar a olhar na política da assistência social a primeira infância com um outro olhar. Isso tem uma história, não é uma questão de Porto Alegre, não é uma questão do Rio Grande do Sul, é uma questão de toda a própria política da assistência que tem várias urgências, não faltam urgências e situações para estar trabalhando, mas a promoção, o olhar para a primeira infância na política de assistência social está merecendo um fortalecimento. Ter ou não ter um edital em Porto Alegre, por exemplo, para um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos de 0 a 6 anos é uma questão. Porto Alegre estar ou não estar aderido ao Primeira Infância no SUAS, que agora está indo para a proteção básica no domicílio para os 0 a 6 anos, é também uma outra questão, mas tem a própria questão do olhar transversal sobre a primeira infância nos serviços de proteção básica e no cotidiano desses serviços que acho que merece a gente estar promovendo um olhar e um fortalecimento dentro da própria política de assistência. Estou vendo o que o Paulo diz, se estamos no Comitê da Primeira Infância. Estamos exatamente em período de elaboração desse plano municipal e temos a representação do CMDCA que está nos ajudando a construir algumas propostas, não do CMDCA, não da SMAS, mas do Comitê da Primeira Infância para uma política municipal integrada da primeira infância. Esse movimento que estou fazendo junto com a Mariana, nesta sexta-feira vamos sentar e elencar algumas ações, e também vou ter que fazer junto à Carol e à Fran, que são as nossas representantes, para o CMDCA estar

representado nisso também para a questão da promoção e da prevenção das situações que depois terminam em um acolhimento quando não são endereçadas a tempo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É isso. Vamos só retomar, então. Nós vamos fazer os encaminhamentos. Todas as comissões, por favor, endereçar para a Sônia as suas perguntas para colocarmos todos no processo único para mandar para as secretarias para elas responderem. Se possível, colocar com resposta o mais rápido possível, tanto para a SMIDH, que tem pressa também, quanto para a SMAS, que também tem pressa, para podermos ver se já conseguimos deliberar ainda em setembro. Eu sei que para setembro nós temos somente a plenária que vem, mas eu gostaria, ou então, no máximo, na verdade vai ser a primeira de outubro, mas deixa quieto. A minha vontade era essa, de podermos organizar o quanto antes. Exato, tem CPA. Então é isso, esse é o nosso encaminhamento. Quanto à questão da SMED, vamos sanando essas e pegamos a da SMED para podermos trabalhar em conjunto também. Vou ver com o Lino se conseguimos nos reunir na semana que vem no fórum para terça-feira. Aí vejo direitinho lá e chamo vocês enquanto sociedade civil. Uma outra questão também é sobre o CEAS com recorte de trabalho infantil. Estou combinando com a Vera aqui para termos, na próxima quarta-feira, a apresentação deles. Só que vamos ter, à tarde, o CPA. Eu queria ver com vocês se podemos fazer presencial a nossa plenária às 11 horas da manhã. Pode ser? Que daí fazemos presencial, retomamos ali para conversar um pouquinho e organizamos. Mariana? **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Oi, gente, olha só. Referente ao trabalho infantil, nós sinalizamos, enquanto COMPETE, para o CMDCA indicar uma pessoa para o COMPETE. Esse é o primeiro ponto. Segundo: dia 8/10, eu vou mandar o cartaz para vocês, vai ser o lançamento da campanha contra o trabalho infantil na PUC. Vai ser primeiro lá na PUC e depois os CRAS e os CREAS vão ser responsáveis de fazer esse lançamento descentralizado. Como estou dentro da comissão, acho importante também perguntar e solicitar para vocês: vamos mandar refazer alguns cartazes sobre trabalho infantil e algumas coisas, e eu queria muito que vocês indicassem no grupo quem vai querer para as instituições, para as OSCs em que vocês estão, e quantos, para eu solicitar para a SMAS. Isso é um ponto importantíssimo. Está linda a campanha nova, muito bonita mesmo, vale a pena. Essa forma de campanha de ser primeiro em um lugar o lançamento e depois descentralizar é uma coisa muito legal também. Eu vou passar a data para vocês sobre isso, para vocês saberem. **Fabrízia Demo, Parceiros Voluntários:** Mariana, dia 8 lá na PUC vai ser aonde? **Mariana Santos de Azevedo,**

Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH: No prédio... Espera aí. **Fabrízia Demo, Parceiros Voluntários:** É que a Parceiros vai ter um evento lá dia 8 também de um projeto. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Acho que o material, Mariana, nós podíamos organizar. **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** É no prédio 11. Eu vou jogar no grupo agora. Só não joguei antes porque precisávamos da plenária do COMPETE para aprovar. **Fabrízia Demo, Parceiros Voluntários:** Obrigada, Mariana. **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Foi isso. Mas é lá no prédio 11. Vai ser bem legal, gente, por favor, estejam presentes. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Sobre o material, acho que poderíamos colocar para ser pelo menos 1 para cada instituição, não só nossa, mas também as instituições que fazem parte do fórum. Acho que é importante essa disseminação literalmente de botar a campanha para a rua. Se anexarmos pelo menos em cada instituição, são mais de 300 instituições, então já tem bastante espalhado pela cidade. **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Por isso que a ideia de trazer aqui, depois da reunião do COMPETE, a ideia de vir aqui e solicitar para que vocês pudessem nos dizer é ótima, porque é a forma de podermos descentralizar. Também vai ter material nos CRAS e CREAS, só que acho que se pudermos entregar em plenária seria melhor ainda, facilita muito mais. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Podemos organizar para entregar na plenária do fórum. **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Eu fiquei responsável pelos conselhos, pelo CMDCA, que é importantíssimo, então por isso estou repassando para vocês. Esse é um ponto, Carol. Outro ponto que quero muito, por favor: passei para vocês sobre o Vozes de Proteção, que é o projeto que falei na plenária da semana passada sobre as formações de 2 horas que essa OSC da MR2 está fornecendo. O que eu pedi para essa OSC é que o CMDCA pudesse assumir essas formações para podermos estar entrando nos serviços de fortalecimento de vínculo das nossas OSCs conveniadas ao CMDCA. Está ali dentro do nosso grupo o projeto em si, e queria ver quem vai aceitar para organizarmos os calendários. Botei inclusive de um período a outro. Quanto antes vocês me responderem, porque elas estão me demandando, melhor. Inclusive também está ali dizendo onde vai ser a Feira do Livro, qual é a

proposta do Vozes de Proteção. É muito importante para o desenvolvimento de vocês. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Com relação à indicação do COMPETE, acho que já tínhamos essa indicação. Até tu tinhas me falado que já tínhamos, que era o Mumuzinho, não é? **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Sim, falei para ser ele, só que eles igual mandaram porque era para mandar outros conselhos. Tem o Mumuzinho e... Deixa só ver aqui. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Eu acho que é a Andréia. **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Isso. Na SMGOV também está o Mumuzinho e o suplente, ou Simões. Se puder, falo com a Vivi, sento com a Vivi ali e peço para ela sinalizar o despacho que já tem do Mumuzinho lá, só para eles estarem cientes. Pode ser? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Pode ser. Na mesma linha de referendar também: fiz a indicação da minha suplente para o Comitê da Primeira Infância, que a Tarsila e o pessoal estão puxando, e a Francine estava como minha suplente, só que ela não estava oficialmente designada para. Até brincamos e tudo mais, agora já está designada, só que preciso passar em plenária para referendar o que já está sendo feito. No início era a Natália, e a Natália mandou a suplente dela, que sempre fazemos assim, manda a suplente. Ela mandou a suplente e acabou dando esse desencontro. Mas posso botar em votação. Alguém é contra? Alguém quer ir no lugar? Paulinho. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Já votei. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Já está votando? Então, tá! [Risos]. Em votação, quem é favorável? **APROVADO**, então. É só para referendar, já foi encaminhado para o comitê, já está tudo organizadinho, ela estava representando já muito bem, e só para reorganizarmos. A Vera Poncio confirmou para quarta-feira que vem, às 11 horas, a apresentação deles na plenária presencial. Hoje teríamos a apresentação do Funcriança em relação à prestação de contas. Eles pediram mais um prazo, então coloquei, sem ser na próxima quarta-feira, na outra, que é dia 7. No dia 7 nós vamos ter a apresentação do Funcriança com a prestação de contas.

- **<u>AVALIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA 25/2026</u>:**

Outra coisa: a aprovação da Ata 25. Podemos fazer a votação da ata 25? A Patrícia já colocou ali, já teve a correção, já teve tudo o que tinha que ser feito. Podemos colocar em votação a Ata

25? Quem é favorável, por favor, levantar a mão. **APROVADA**. O meu último assunto é a conferência de novembro. Nós precisamos de quem é da comissão, na verdade, todas as comissões. Precisamos que as pessoas se façam mais presentes para podermos trabalhar em conjunto e organizar cada vez melhor. Todo mundo trabalhando junto não fica pesado para ninguém. Acho que é isto. Semana passada tivemos uma reunião do GT, essa semana tivemos uma outra reunião do GT, e o que está pegando é a questão da alimentação. Conseguimos hoje, fechar e receber todas as demandas de todas as regiões em relação à conferência, às pré-conferências. A Fran está vendo ali se veio a listagem de todos os delegados e tudo mais. Fizemos uma organização de mandar para as microrregiões novamente a listagem, porque é uma série de coisas. Tem a listagem de delegados que veio sem o eixo, então preciso saber depois qual é o eixo em que esse delegado vai para eu montar lá na conferência qual é o grupo em que ele vai. Preciso saber se esse delegado é adulto, se é adolescente, para poder organizar se ele vai para o grupo de adolescentes ou para o grupo de adultos. Preciso saber se esse delegado ainda está na região, porque quando formos organizar as vans para buscar esses delegados, vamos ter que buscar X delegados em tal região, X delegados em outra região. É uma série de questões. Agora combinamos que vamos reenviar essa listagem para as regiões. Eles vão referendar os nomes dos delegados. Tem região também que tem uma diferença entre número de adolescentes e número de adultos, o que não pode. Isso também tem que ser corrigido. Com tudo isso, vamos conseguir chegar no roteiro das vans de que precisamos, vamos conseguir chegar na quantidade de alimentação de que vamos precisar, porque tínhamos falado que possivelmente poderia ser lanche, mas vimos que vai diminuir a quantidade de delegados. Estamos calculando em média que vai ser mais ou menos uns 500 a 550 no total, incluindo nós já. Isso é bom e ruim: é bom porque dá para organizar e é ruim porque cadê esse povo que não foi? Mas aí conseguimos organizar um pouquinho mais. Também vamos terminar a sistematização para fazer os cadernos, o material para a conferência. Estamos a 1 mês e alguma coisa da conferência e precisamos sistematizar, organizar e fechar tudo o que tem que fazer. Acho que até sexta-feira estamos fechando certinho a quantidade de delegados, né, Fran? Mas vamos tentar. Se conseguirmos fechar certinho ali, conseguimos já abrir a quantidade de almoço, quantidade de outras coisas que já estamos terminando de adquirir. Fran? **Francyne da Rosa, CEMME:** Só para lembrar, Carol, demos o prazo até o dia 30/09 para as regiões nos retornarem confirmando a listagem de delegados. No total, na contagem de delegados inscritos, nós temos 218 adolescentes e 223 adultos. Total de 441 delegados que saíram das pré-

conferências das 10 microrregiões. Conseguimos agora finalmente finalizar a micro 7 que estava pendente. Eu já encaminhei a listagem de delegados para as micros 3, 4 e 7. As micros 4 e 6 são as principais que precisam nos indicar quais são os eixos ali, porque não mandaram o eixo de nenhum dos delegados, para podermos ter aquela estimativa e pensar nas salas. Em média ficou em torno de 50 delegados por eixo e ficou equilibrado o número de adolescentes e adultos, mas na maioria das vezes passando o número de adultos. Por exemplo, no eixo 1 tínhamos feito uma contabilidade de 50 delegados: 22 adolescentes e 28 adultos. Tem essa pequena diferença, mas em todos os eixos tem um pouco mais de adultos do que de adolescentes. O e-mail tem também a intenção de que as 10 regiões confirmem se todos esses delegados ainda permanecem para a participação, para podermos contabilizar o almoço. Ficou definido que vai ser 2 coffee breaks, 1 coffee manhã, 1 coffee tarde e o almoço, para podermos ter o número exato para a dispensação do recurso, e também as vans. Estou encaminhando essa listagem de delegados para as regiões e demos o prazo até quarta-feira que vem para bater o martelo, mas estimativas de números já conseguimos coletar a partir da planilha que criei e está dentro do drive do CMDCA, que todos têm acesso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Quase acertei a data, só queria antes. Temos muita coisa para conversar. **Francyne da Rosa, CEMME:** Eu daria uma sugestão, acho importante concluirmos a parte dos editais. Eu quero ainda o edital do CPA este ano, então acho que precisávamos dar prioridade para a reunião com a procuradora. Particularmente, não fiquei com dúvidas da reunião de hoje, mas os colegas que ficaram, para terminar a reunião que iniciou hoje, eu daria prioridade para a reunião com a procuradora e não para a plenária da semana que vem. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** A minha pergunta é assim, o que acho também, vou sugerir: quem sabe faz alguns critérios e passa para ela, entrega para a Carol já passar: "Olha, a nossa ideia de lançar o edital é com esses critérios", como ela falou na reunião, entenderam? Faz um esboço, quando chegar já está quase pronto, ganha um tempo para lançar o edital do CPA. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Vão pensar no CPA, Fran. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Isso, foca em um, faz um para ter ideia de como se elaboram os critérios, o que se quer, adianta pelo WhatsApp com ela, a Carol adianta e manda, ela já consegue visualizar para a próxima. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Vamos só focar e pensar:

como vamos fazer para a semana que vem, então? Mantemos a plenária ou cancelamos a plenária? Porque se é só votação, podemos votar na semana que vem, sem mistério, e fazemos uma plenária mais tranquila. Ou fazemos a plenária mais tarde? Ou da uma às duas. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Uma plenária da 1 hora às 2 horas acho muito corrida, tem que sair correndo e o pessoal do CPA tem que entrar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Acho que poderíamos ir na linha da Fran: cancelamos a plenária da semana que vem, fazemos as análises, tudo o que tem que trabalhar no seu tempo, e na outra semana fazemos as aprovações direitinho, mais tranquilos. Lembrando que na outra semana teremos o Funcriança na prestação de contas. Colocarei o CEAS para outra semana também, se não vai ficar muita coisa na semana que vem para conversarmos. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Então, não tem dia 30. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Não, vou remarcar isso aqui. Só para fecharmos a questão da conferência, então. Terminando a questão da conferência, fizemos este processo para sabermos a quantidade de alimentação que vamos precisar. Com o que a Fran calculou e colocou ali, 218 adolescentes e 223 adultos, ainda vamos ter que pegar exatamente se é 218 ou 223. Quando formos fazer o relatório para a Procempa, é capaz de não ser aceito por 5 votos, 5 pessoas, e é isso mesmo. Precisamos organizar isso. Penso eu, no nosso cálculo inicial tínhamos deixado uma média de 100 pessoas que seriam os delegados natos, que são os conselheiros de direitos, os conselheiros tutelares, Ministério Público, algumas indicações que sempre tem ali também. Fecharíamos em média de 500 a 550 pessoas participando da conferência. Até agora o número com que vamos trabalhar é 550. Diminuiu bastante de 700, mas é o que estamos prevendo. Comissões?

3. <u>COMISSÕES</u>: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças.

Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança: Região. É o SEI 23.0.000047014-7, **SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO E CARIDADE INSTITUTO DA PROVIDÊNCIA**. Solicita a renovação dos cursos de aprendizagem profissional. Vou citar: no arco ocupacional de educação tem o curso de auxiliar monitor de recreação, CBO 3714-10; curso de auxiliar reforço escolar, CBO 3341-05; curso de auxiliar de contador de história, CBO 2625-05; e o curso de auxiliar administrativo escola e biblioteca, CBO 4110-10; e o outro curso é o curso de intérprete instrumentista, CBO 2628-71. Encaminharam o anexo 1 da resolução de

aprendizagem e também, não era necessário, mas enviaram os planos de trabalho de curso. Defere a renovação desses cursos que foram citados.**Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Bem legal a proposta deles de cursos. Em votação, quem é favorável, por favor, levantar a mão. Podem baixar. Alguém é contra? Alguma abstenção? Está **APROVADO**. Tem outro? **Francyne da Rosa, CEMME:** Sim. Avaliação e Monitoramento. Processo SEI 25.0.000131239-4, **ONG PARCEIROS VOLUNTÁRIOS**. O projeto foi Tribos nas Trilhas da Cidadania. Foram avaliados três documentos RITMAs produzidos pelas outras comissões da secretaria e o projeto cumpriu as metas previstas no plano de trabalho. É isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Temos outro de monitoramento que podemos colocar em bloco? Tem outro? **Nicolas Vaz, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL:** Eu tenho um de registro que não tinha colocado no WhatsApp ainda. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Este último monitoramento e avaliação que está na tela é do Nicolas Santos? Vamos colocar em votação este monitoramento e já te passamos a palavra, Nicolas. Em votação, por favor, quem é favorável ao parecer da comissão? Podem baixar. Alguém é contra? Alguma abstenção? **Fabrízia Demo, Parceiros Voluntários:** Carol, me abstenho no da Parceiros. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** O Nicolas Vaz pode falar. **Nicolas Vaz, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL:** É renovação de registro, **SOCIEDADE BENEFICENTE CRECHE SÃO PEDRO**, 23.0.000153124-7. Já tinham mandado para nós, faltaram basicamente todos os documentos, pedimos de novo, mandaram quase todos, mas faltou o formulário e o plano de trabalho. Vamos mandar de novo pedindo mais uma vez para encaminharem esses documentos. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Esse não passamos para votação, ainda está faltando documentação. É isso? **Nicolas Vaz, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL:** Sim. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Tranquilo. Tem os processos de monitoramento, quem vai fazer essa fala? **Francyne da Rosa, CEMME:** Esses não são da semana passada, Fabrízia? **Fabrízia Demo, Parceiros Voluntários:** São os que vocês passaram na semana passada, os que eu tinha feito. Lembram? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**

Presidente: Já passou, está aprovado. **Fabrízia Demo, Parceiros Voluntários:** Já foi até enviado, o pessoal assinou. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Então, não precisa votar porque já foi votado. Políticas? Ou Finanças? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Vamos em Finanças. A OSC é **O PÃO DOS POBRES DE SANTO ANTÔNIO**, processo SEI 26.0.000117761-2. O projeto é Raízes do Amanhã, projetos de forma contínua e permanente às crianças e adolescentes. A OSC encaminha a proposta de projeto de captação de recursos através do Fundo Municipal da Criança, documento SEI 41477101. O objetivo é implementar e qualificar atividades contínuas de atendimento direto e indireto em situação de vulnerabilidade e risco social atendidas no serviço de socioaprendizagem, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e serviço de acolhimento institucional. Parecer da Comissão de Políticas é favorável, documento SEI 41172871. A informação da ASSETEC é o 40639512. O prazo de execução são 24 meses. São atendimentos de 720 crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos nessas 3 modalidades, nos 3 serviços. O impacto é a promoção do desenvolvimento integral dessas crianças, desenvolvimento de habilidades sociais e profissionais, fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais, desenvolvimento socioemocional, garantia de proteção integral às crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Elas são planejadas através de oficinas, vivências, atividades práticas e momentos de convivência através de interação, cooperação, criatividade e desenvolvimento integral. As atividades serão desenvolvidas na sede da Fundação e em abrigos residenciais, o ARM 01 e o ARM 03. A presente proposta visa executando ações complementares que dão suporte para o atendimento às crianças e adolescentes da entidade. O público terá a seguinte distribuição: no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, 210 crianças e adolescentes; no serviço de socioaprendizagem profissional, 350 adolescentes; no serviço de acolhimento institucional, 160 crianças e adolescentes. Os profissionais que atuam de forma direta e indireta junto aos beneficiários são essenciais para o funcionamento contínuo e qualificado dos serviços propostos. Por que coloco isso aqui? Porque tem alguns cargos na parte de pessoal que podem entender que não conversam com todo esse atendimento, mas sim, são necessários. As despesas de pessoal são R$ 14.486.000,64; permanente, R$ 288.000,00; terceiros, R$ 564.000,00; consumo, R$ 1.908.000,00. O projeto com retenção de 5% totaliza R$ 17.598.510,97. A análise ao solicitado, a Comissão de Finanças é de parecer favorável à captação com 5% de retenção. Alguma dúvida? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**

Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente: Não. Alguém tem dúvida, pessoal? Colocamos em votação. Quem é favorável, por favor. Podem baixar. Alguém é contra? Alguma abstenção? **APROVADO**. Outro, Sônia? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Não, só esse. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Da Finanças é só esse, então? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** É esse. Não sei se a Priscila deu algum para a Fabrízia, mas até o que tenho é só esse daí. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Ok. Políticas? **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre:** Políticas não tem processo para apresentar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Políticas participou da reunião junto com a Finanças de manhã, né? **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre:** Sim. **Fabrízia Demo, Parceiros Voluntários:** A Pri também não tem nenhum para me passar, ela participou da reunião também. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Pessoal, para a próxima semana preciso que vocês se dividam na Comissão de Registro: quem vai ficar mais responsável pelo monitoramento, quem vai ficar responsável pelo registro propriamente dito; quem vai ficar dentro da Políticas responsável pela escrita de projetos e resoluções, e quem vai ficar responsável pelas análises dos processos, como já tínhamos conversado na semana passada. Vocês não fizeram isso hoje, né? Não? Tá! Mais alguma coisa? **Mariana Santos de Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Só lembrando, não esqueçam de ver quem quiser aderir à formação sobre violência sexual do MR2. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Muito obrigada, então. Bom final de tarde.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, às 16h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.